



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Elia Elisa Cía Alves

Universidade Federal da Paraíba,
Departamento de Relações Internacionais,
João Pessoa – PB, Brazil
(elia.cia@academico.ufpb.br).



ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0002-0434-7656>

**Ivan Filipe de Almeida
Lopes Fernandes**

Universidade Federal do ABC,
Centro de Engenharia, Modelagem e
Ciências Sociais Aplicadas,
São Bernardo do Campo – SP, Brazil
(ivan.fernandes@ufabc.edu.br).



ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0002-4236-4393>

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento?

Sustainable Development Goals: a change in scientific debate on development?

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e21010>

Recebido em 10 de março de 2020

Aprovado em 13 de julho de 2020

Resumo

Como a sustentabilidade ambiental permeou o debate político-acadêmico sobre desenvolvimento e quais temas ainda permanecem em discussão no âmbito dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)? A partir de uma revisão de literatura interdisciplinar, esse trabalho apresenta uma trajetória dos estudos de desenvolvimento, culminando nos ODS. De uma perspectiva técnica e unidimensional, a partir de uma janela de oportunidade do pós-Guerra Fria, o debate caminhou para uma abordagem multidimensional e transversal, envolvendo as esferas social e ambiental. No entanto, críticos questionam se os ODS representam uma agenda legítima e implementável, considerando todos os reveses das políticas internacional e doméstica.

Abstract

How did environmental sustainability permeate the political-academic debate on development and which themes are still under discussion within the scope of sustainable development objectives (SDGs)? From an interdisciplinary literature review, this work presents a trajectory of development studies, culminating in the SDGs. From a technical and one-dimensional perspective, from a post-Cold War window of opportunity, the debate moved towards a multidimensional and transversal approach, involving the social and environmental spheres. However, critics question whether the SDGs represent a legitimate and implementable agenda, considering all setbacks in international and domestic policies.

Palavras-chave: Teorias do desenvolvimento econômico; Desenvolvimento sustentável; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Keywords: Economic Development Studies; Sustainable Development; Sustainable Development Goals (SDGs).

Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados em 2015, configuram as metas do principal marco político-institucional de caráter global na temática do desenvolvimento:

a Agenda 2030. Seu estabelecimento parece representar uma mudança no debate científico sobre desenvolvimento, superando uma compreensão unidimensional e técnica para uma visão processual, multidimensional e transversal, envolvendo as esferas social e ambiental.

Diante disso, a análise é feita a partir de duas questões. Em primeiro lugar, exploramos o processo que tornou a temática ambiental uma *hot issue*, a partir dos anos 1990s, na discussão científica sobre o desenvolvimento econômico, consolidando-se como *práxis* política na segunda década do século XXI. Em seguida, questionamos se a agenda político-teórica atingiu um patamar de consolidação, a partir de um consenso científico mínimo no debate sobre o desenvolvimento, ou se impasses científicos, técnicos, políticos e conjunturais serão desafios impeditivos à consolidação da agenda do desenvolvimento sustentável internacionalmente.

Para contribuir sobre essa reflexão, o artigo está dividido em cinco seções, incluindo essa introdução. A seção 2 apresenta uma discussão teórica sobre a criação e a transformação de agenda no ciclo de políticas públicas e considera o impacto da dimensão científica no processo de políticas de escopo nacional e internacional. Sugerimos como a formação de um consenso científico em outros campos da ciência sobre a natureza da mudança climática antropogênica alterou o debate científico sobre desenvolvimento. Esse consenso apontou a urgência dos problemas ambientais e a necessidade de soluções técnicas e políticas para os desafios globais por eles impostos.

Na seção 3, fazemos uma trajetória da discussão sobre o desenvolvimento, evidenciando como as questões ambientais passaram a ocupar posição relevante na definição e proposta de políticas, através da entrada e consolidação de interesses, valores e ideias ligados ao ambientalismo. Identificamos explicações divergentes dentro de um amplo espectro teórico-metodológico, desde o liberal-institucionalismo ao crítico-estrutural. Em ambas, a temática ambiental tornou-se ponto fulcral. Enquanto autores do primeiro grupo incorporaram a sustentabilidade como uma dimensão essencial para o bem-estar social, os autores de viés mais crítico passaram a focar os dilemas e problemas dessa nova agenda, apresentados na seção 4. Nesse ponto, discutimos como a mudança científica se materializou no tabuleiro internacional, considerando o ponto culminante da *práxis* política o estabelecimento da Agenda 2030 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o lançamento dos ODS, em 2015. Observamos os debates teóricos na prática, observando, especificamente, controvérsias sobre quatro ODS: erradicação da pobreza (ODS 1), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10) e dos meios de implementação (ODS 17), no que tange à questão de ajuda internacional. A seção 5 encerra e esboça temas de agenda de pesquisa na área, enfrentando o difícil debate sobre as possibilidades de mudança em escala global, a partir da perspectiva do desenvolvimento, assim como as diferentes velocidades das transformações sociais e ambientais propostas pelas novas concepções.

Como os temas na agenda científico-política se transformam?

Um dos caminhos para analisar as transformações da agenda científica do desenvolvimento em torno da questão ambiental passa pela compreensão de como temas entram e evoluem na agenda

internacional. A literatura sobre formação de agenda em políticas públicas nos permite compreender o papel das ideias e das ‘janelas de oportunidade’ como motivadores dessas mudanças. Na sequência, apresentamos como se desenrolou a conexão da temática ambiental com o debate acadêmico sobre o desenvolvimento no âmbito internacional.

Do ponto de vista doméstico, a discussão de *agenda setting* da literatura sobre o ciclo de políticas públicas é ponto de partida para entender a escolha de certos temas, a partir da combinação de problemas, soluções e conjuntura política. Para Howlett e Ramesh (2003), a definição de agenda é um processo socialmente construído, no qual atores e instituições, influenciados por suas ideologias, desempenham um papel fundamental na determinação dos problemas ou questões que requerem ação por parte de o governo. O enquadramento de um problema, denominado de *framing*, envolve esforços estratégicos de grupos sobre compreensões compartilhadas de dinâmicas que legitimam e motivam a ação coletiva (Snow, 2004).

Valendo-se das contribuições do modelo de *Lata de Lixo* (Cohen et al, 1972), Kingdon e Stano (1984) desenvolveram o canônico modelo de múltiplas correntes sobre a definição de agenda e especificação de alternativas, apontando a existência de fluxos (semi)autônomos sobre a definição de problemas, *policies ou soluções* (políticas) e *politics* (política). Nessa perspectiva, o processo de políticas é determinado por três correntes distintas e semiautônomas que se entrelaçam em momentos específicos: (i) os problemas percebidos como tal no mundo real; (ii) as alternativas possíveis para solucionar esse problema; e (iii) o contexto que permitiria maior ou menor possibilidade de sucesso na mudança. Em resposta a um dado problema, cuja percepção ganha fôlego no debate público, a comunidade de especialistas apresenta uma solução viável e possível de ser realizada, dado o contexto político específico. A confluência das três correntes abriria ‘janelas de oportunidade’ para mudanças efetivas.

Em momentos propícios, quando essas ‘janelas de oportunidade’ estão abertas, empreendedores políticos contribuem com a transformação da agenda, ao orientar a fusão das três correntes, aumentando as chances de um problema receber a atenção dos formuladores de políticas. Em outras palavras, quando uma solução viável é anexada ao que se considera um problema percebido com importante pelo público ou *stakeholders* da política, e quando as condições políticas são passíveis de mudança, uma janela de se abre. Os empreendedores políticos buscam aproveitar a oportunidade e pressionar por ações dos tomadores de decisão. A consolidação desse processo viria, então, com o apoio de atores políticos a temas em que o apoio público já fosse alto (Howlett e Ramesh, 2003).

Zaharidis (2007) expandiu esse enquadramento analítico para todo o processo de políticas públicas e o adaptamos aqui para analisarmos a dinâmica da agenda científico-política internacional do desenvolvimento. Questões como segurança e soberania estatal, transnacionalização, transversalidade da temática ambiental e sensibilidade eleitoral, especialmente em governos democráticos tornam-se relevantes; assim como as capacidades estatais e sociais decorrentes da possibilidade de soluções dos dilemas de ação coletiva e da capacidade financeira dos grupos envolvidos (O’Neill, 2017).

A partir dessa perspectiva, a formação da agenda política ambiental internacional e o fortalecimento de determinadas temáticas estariam condicionados a aspectos de natureza contextual.

Por envolver uma questão técnica, os dilemas ambientais apontam para a necessidade de políticas baseadas em evidências, o que tornou a pesquisa científica crucial para as decisões em todos os níveis políticos. Pralle (2009) discorre que o interesse científico e político sobre o aquecimento global foi despertado pelo monitoramento dos níveis atmosféricos de dióxido de carbono (CO₂), cuja mensuração começou ao final dos anos 1950s. O consenso científico sobre a determinação antropogênica das mudanças climáticas foi amplamente divulgado por empreendedores políticos, sobretudo por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O consenso tornou-se uma condição necessária, ainda que não suficiente, para a ressignificação do conceito de desenvolvimento ao proporcionar estímulo a transformações políticas em escala internacional decorrentes das conclusões cientificamente orientadas (Franz, 1997).

Somada à oportunidade aberta pelo consenso científico sobre a urgência do tema, que previa a potencialidade catastrófica dos problemas ambientais no horizonte de uma ou duas gerações, o contexto político internacional do final dos anos 1980 e começo dos 1990s possibilitou maior predisposição à negociação e reflexão sobre a dinâmica internacional em sentido mais cooperativo. A definição da agenda ambiental ocorreu dentro de um sistema complexo e adaptativo com contínua interação entre os agentes. As janelas de oportunidades aumentaram a possibilidade de mudanças e ressignificação e foram viabilizadas pelo contexto favorável do fim da Guerra Fria, com o reconhecimento da importância do problema da mudança climática antropogênica e pela existência de uma possível solução considerada como adequada, a cooperação internacional.

O debate sobre os ODS constitui, então, em uma evolução desse empreendimento científico-político ao ser a primeira concatenação na *práxis* internacional de elementos econômico materiais, como a produção e consumo, dentro de um escopo mais amplo de preocupações sociais e ambientais, de forma a fomentar o projeto de um processo sustentável de desenvolvimento e eliminação da pobreza.

Posto isto, a próxima seção traça a trajetória da corrente de ideias sobre as soluções possíveis aos dilemas do desenvolvimento após a constatação da complexidade da interação entre natureza, ambientalismo e sociedade para o desenvolvimento em escala internacional. Apontamos as múltiplas facetas da discussão assim como o debate inter, multi e transdisciplinar que se instaurou na análise da relação entre desenvolvimento e ambiente e problematizamos o leque de soluções e estratégias existentes definidos pelas ODMs e ODSs para a criação das condições de boa-vida hoje e no futuro, analisados na seção posterior.

O meio-ambiente na agenda científica do desenvolvimento: do reducionismo econômico ao embate de substantivo de ideias

O fim da 2ª Guerra Mundial marca a gênese dos estudos contemporâneos sobre desenvolvimento. Naquele contexto, os ideais do desenvolvimento eram traduzidos no arcabouço das teorias da modernização (Rostow, 1960) que o vislumbravam como uma meta a ser alcançada a partir de uma rota única, em direção a mais industrialização, urbanização, alfabetização e, por fim, democracia (Gerschenkron, 2015).

Do ponto de vista internacional, a expansão econômica promoveria, no longo prazo, a convergência de níveis de renda (Solow, 1956) e de padrões culturais e valorativos (Lerner, 1958).

O aumento da renda doméstica se daria de maneira quase natural com a expansão das relações de mercado e da incorporação do mundo tradicional à economia moderna. A chave para o deslanche do processo seria a aceleração do acúmulo da poupança doméstica para a promoção do investimento, ou a adoção de atalhos, por meio da importação de capitais estrangeiros, facilitados por arranjos econômicos políticos e institucionais multilaterais. Os *gaps* de poupança doméstica seriam sanados por investimento externo direto (IED), aumento de exportações de bens, amparados no *General Agreement on Trade and Tariffs* (GATT), captação de empréstimos de longo prazo, por meio do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e de curto prazo, por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), e/ou pela ajuda internacional, viabilizada através das Agências e Programas da ONU como o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Com o fim do colonialismo e um crescente questionamento dessa visão centrada na expansão das relações econômicas a partir do Atlântico Norte, foi proposta uma compreensão do desenvolvimento como mudança estrutural (Chenery, 1960), com possibilidade de divergências nas trajetórias dos países, persistência, e até reprodução, de uma condição inerente de subdesenvolvimento, desde perspectivas marxistas (Frank, 1966; Marini, 1973; Amin, 1976) ou nacional-desenvolvimentistas (Prebisch, 1949; Furtado, 1974).

Fatos históricos da década de 1970 abalaram o arranjo político-institucional sobre o qual estavam construídas as bases do desenvolvimento unidimensional e reforçaram as tendências divergencionistas, contribuindo para que *mainstream* do debate incorporasse elementos das reflexões terceiro-mundistas. Os crescentes déficits gêmeos da economia dos EUA, estagflação, o fim do padrão dólar-ouro e do sistema Bretton Woods, se somaram a outras questões desafiadoras à trajetória de desenvolvimento dos países do Sul Global como os choques de preço do petróleo, instabilidade monetária, crise econômica e conflitos comerciais. A produção industrial também passou por rearranjos, com a intensificação da competição internacional, a partir da ascensão da economia japonesa e dos países do sudeste asiático, do fortalecimento da Comunidade Europeia e da globalização produtiva (Glyn et al. 1990).

É nesse cenário que a temática ambiental começou a ganhar alguma relevância na reflexão sobre o desenvolvimento. O relatório *Limits to Growth* (Meadows et al. 1972) refletia a perspectiva predominante de desenvolvimento da época, trazendo uma versão neomalthusiana aplicada à economia global, com projeções de esgotamento dos recursos naturais. Em *Blueprint for Survival* (Goldsmith et al. 1972), mudanças radicais no padrão de consumo eram evocadas, alertando que a manutenção do *status quo* do crescimento econômico da época ameaçaria a sobrevivência humana (Eckersley, 1992).

O consenso científico sobre a mudança climática antropogênica encontrou abrigo nos desdobramentos nos anos 1980s na subdisciplina da economia ambiental onde desde os anos 1960s era discutido o fenômeno das externalidades negativas da produção e consumo sobre o ambiente. Em suas origens, a economia ambiental tinha como foco a escassez de recursos naturais à luz da demanda crescente após a 2ªGM (Barnett e Morse, 1963) e de efeitos negativos da produção, como no caso dos agroquímicos (Carson, 1962). Nos 1970s, a literatura sobre o esgotamento de recursos naturais (Hardin, 1968) se tornou um pilar da economia ambiental, bem como os limites ecológicos

da atividade econômica (Boulding, 1966), estabelecendo os fundamentos da ideia de sustentabilidade, tornado tão importante quanto o consumo e a produção. A externalidade não seria apenas desvio na produção ou no consumo, mas um tema pervasivo da economia contemporânea (Pearce, 2002).

Em Estocolmo, 1972, a primeira grande Conferência da ONU sobre o meio-ambiente reforçou a projeção do tema com a criação do PNUMA. Pela primeira vez os problemas políticos, sociais e econômicos e ambientais foram discutidos em fórum intergovernamental com perspectiva de empreender ações corretivas. A imposição de medidas que, de alguma maneira, contivessem o crescimento aparentavam ser necessárias para evitar um esgotamento dos recursos naturais, com desdobramentos importantes no Sul-Global.

A questão ambiental tomava parte, ainda não central, no debate sobre o desenvolvimento econômico e envolvia a discussão centro-periferia, na medida em que muitos países do Sul tinham vasta reserva de recursos naturais ainda não ameaçados pela ação humana, e enxergavam a limitar de sua exploração como a institucionalização de limites e entraves ao desenvolvimento (Clapp e Helleiner, 2012). O Brasil, por exemplo, posicionou-se contrário aos rumos do debate ambiental na esfera internacional. As crises do petróleo, porém, tiveram importante impacto no seu reposicionamento, assim como de outros países, com a crescente percepção e construção discursiva de que crescimento e meio ambiente não seriam incompatíveis (Viola, 2002).

Na crise da década de 1980, decorrente do choque de juros internacional, crise externa e hiperinflação, sobretudo na América Latina, as diretrizes teóricas clássicas para desenvolvimento focada essencialmente na produção e consumo voltaram a imperar com a proposta de soluções para os problemas macroeconômicos, a partir de fundamentação microeconômica, ajustes a desequilíbrios fiscais e revisão de política monetária (Romer, 1986; Lucas, 1989). Consolidadas sob a ideia do ‘Consenso de Washington’, as medidas visando superávit fiscal, estabilização monetária, liberalização de mercados e privatizações tornaram-se condicionantes para a liberação de pacotes de empréstimos do FMI e se disseminaram como condições necessárias – e suficientes – para a retomada do desenvolvimento (Williamson, 1993).

Apesar da combinação entre desenvolvimento e ambientalismo ter suas origens nos anos 1970s e 1980s, a efetivação prática na política internacional da associação entre os termos ainda demorou para amadurecer e tornar-se o ponto fulcral do debate internacional sobre o desenvolvimento. As boas práticas econômicas promovidas no início da década de 1990 estavam focadas efetivamente no uso de instrumento de regulação macro e microeconômicos para controles dos processos de produção e consumo, sem enfrentar o desafio da combinação do uso atual dos recursos naturais com a manutenção das potencialidades de uso futuro.

O termo desenvolvimento sustentável, cuja primeira aparição ocorreu na publicação ‘*Nosso Futuro Comum*’, Relatório Brundtland (1987), reverberando os alertas sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente, apontado pelo consenso científico da mudança climática antropogênica, ainda não ocupava papel central na reflexão sobre o desenvolvimento em escala global.

O fim da Guerra Fria consagrou-se como uma janela de oportunidades, permitindo que temas outrora marginais, como meio-ambiente e direitos humanos, fossem, paulatinamente, incorporados na agenda científica e política do desenvolvimento com, entre outras ações, as Mega Conferências

da ONU (Sato, 2000). A Rio-92 inseriu, institucionalmente, a temática ambiental na agenda do desenvolvimento com a Agenda 21 (Da Veiga, 2005) de modo que o principal ponto de debate sobre o desenvolvimento sustentável, consolidado nas décadas seguintes, passou a ser a operacionalização e viabilização prática, ou seja, como uma ideia científica se traduziria em recomendações e orientações políticas. Um olhar concreto para a promoção do desenvolvimento econômico, considerando as esferas social e ambiental. A sustentabilidade seria a potencial continuidade de valores econômicos, sociais, institucionais e ambientais entre as gerações.

Ao final dos 1990s, já estava consolidada a ideia multidimensional de desenvolvimento como um processo de enriquecimento da vida dos indivíduos, com ampliação de horizontes e redução de sensação de isolamento (Stiglitz, 1998), trazendo à discussão elementos do campo da ética, da justiça e das liberdades dos indivíduos, no sentido da ampliação aristotélica da capacidade de agência dos indivíduos sobre o mundo (Sen, 1999). Pieterse (2000) reforça que as preocupações relacionadas à globalização, pobreza, discriminação de gênero e meio-ambiente já eram temas relativamente presentes nos discursos de atores relacionados ao tema do desenvolvimento. A partir desse momento, o termo desenvolvimento sustentável tornou-se uma noção central para as recomendações práticas sobre a formulação de políticas econômicas.

Há, ao longo desse período, uma mudança qualitativa na ideia de desenvolvimento, que passa a ser pautado como um processo e não apenas uma meta, relevante, também, para os países rotulados ricos, uma vez que, em diversos casos, parcelas substantivas das sociedades mais desenvolvidas enfrentariam privações análogas às realidades de países do Sul Global. Desenvolvido, portanto, seria o país em que os cidadãos com condições de acessar mecanismos de satisfazer suas necessidades, não compreendidas simplesmente do ponto de vista material, mas também cultural, ambiental, social e político. As dimensões do desenvolvimento tornavam-se mais complexas, como mostra o exemplo clássico da comparação entre as expectativas de vida dos negros norte-americanos frente aos chineses e aos indianos de Kerala, evidenciando as sutilezas do processo de desenvolvimento, para além de indicadores tradicionais de produção e consumo (Sen, 1999).

A partir dos anos 1990s, há um esforço político e científico crescente na busca de novas formas de mensuração do desenvolvimento, incorporando as dimensões de sustentabilidade e justiça social. Revisões para a medida mais tradicional de produção (Produto Interno Bruto, PIB e Produto Nacional Bruto, PNB) refletiam essa preocupação e colocavam em alinhamento as preocupações da mudança climática antropogênica e os limites do consumo dos recursos naturais. Em colaboração com Mahbub ul Haq, Amartya Sen propôs o índice de desenvolvimento humano (IDH), uma medida de desenvolvimento que abrangeria a dimensão econômica, mas também a educação e a saúde. Apesar de reduzido dentro da pretensão do enfoque das capacidades, o IDH tem o papel e valor de ter trazido para o amplo debate público os limites das abordagens tradicionais puramente econômicas sobre o desenvolvimento.

Consolidou-se, então, no âmbito do PNUD uma proposta de mensuração do desenvolvimento mais exigente do ponto de vista informacional e ilustrando a reduzida dimensão das propostas práticas de reforma econômica da agenda neoliberal dos anos 1990s, que se mostraram incapaz de atender o conteúdo substantivo das diversas reflexões produzidas do embate entre ideias de justiça social, sustentabilidade e as necessidades de produção e consumo. Essa amalgamação resultou em implicações

do ponto de vista da reflexão científica sobre o desenvolvimento, pois além de refutar o reducionismo marxista e de algumas escolas críticas que analisam a coletividade como unidade fundamental, deixando de lado os microfundamentos individuais das realidades sociais – amplamente incorporado por Nussbaum (1995) e Sen (1999) –, também questionou o reducionismo das visões *mainstream* ao ampliar a perspectiva qualitativa e substantivamente mais rica do processo de desenvolvimento, além da mera estabilização macroeconômica ou da contabilização de agregados de produção e consumo.

Um tema que passou a ganhar relevância, a partir desses avanços, foi a desigualdade doméstica e global. Pieterse (2002) criticou a visão de que o crescimento seria condição suficiente para a redução da desigualdade, reforçando a ideia de que mais do que crescer quantitativamente, era necessário estabelecer uma perspectiva qualitativa dos fins e dos meios do desenvolvimento. Além disto, e mais importante para a narrativa aqui analisada, houve também um surto de investigações sobre os vínculos entre a economia e a dimensão ambiental. Podemos dividir este novo fluxo de reflexões em dois grupos: um focando a cooperação e outra a partir de uma visão crítica da questão.

Subsidiado em teorias de cunho liberal-institucionalista, a temática da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, e seus dilemas, tomou relevância no bojo dos estudos de política ambiental global (Clapp e Helleiner, 2012; Chasek, 2018). A cooperação interestatal aparece como um meio de se alcançar o desenvolvimento sustentável, potencializado pela necessidade de superação de problemas comuns e coletivos, diante da presença de incertezas políticas decorrentes dos problemas da ação coletiva em escala internacional, cuja estruturação se daria por meio da articulação dos regimes e instituições internacionais (Haas, 2005).

Da Veiga (2005) pondera que, apesar dos avanços, o debate acadêmico refletia a incapacidade das estruturas de governança global, com especial destaque às agências da ONU, em dar resposta aos enormes problemas de interdependência e dos problemas de ação coletiva em escala internacional. O cenário que se coloca era, de um lado, o avanço do discurso, com acordos, declarações e iniciativas pró-meio ambiente e, de outro lado, a predominância dos países buscando priorizar a segurança e a autossuficiência, priorizando os recursos disponíveis em seus territórios, mesmo aos custos de grande impacto ambiental ou problemas para comunidades locais.

Somando a esses impasses, em 2001, o foco da política internacional voltou-se para questões de segurança, a partir dos ataques do 11 de setembro, reduzindo o otimismo dos anos 1990s das potencialidades da cooperação internacional. Esse fato se traduziu em poucos avanços práticos na agenda no contexto da Rio+10, a terceira Conferência da ONU, realizada em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul (Seyfang, 2003).

A crise econômico-financeira de 2008 também teve reflexos negativos, acentuado o aumento do protecionismo e desafios para as economias desenvolvidas, em especial para os EUA e para a Europa. Diante dos temores de que os países retrocedessem nos esforços de negociações visando ampliar a proteção ambiental, vislumbravam-se alternativas para promoção do bem-estar e da igualdade social, concomitante à redução dos riscos ambientais. Em 2008, o PNUMA lançou o *Global Green New Deal*, com a recomendação de um estímulo fiscal da ordem de 1% do PIB mundial (em torno de US\$750 bilhões) a ser investido em tecnologias verdes, para estimular a geração de emprego e minimizar emissão de gases estufa (UNEP, 2011).

Visando não retroceder na discussão acadêmica e política, em 2010, o PNUMA promoveu a Conferência de Bali, preparando os caminhos da Conferência Rio+20, a realizar-se dois anos mais tarde, difundindo um novo termo sobre os meios através dos quais o desenvolvimento sustentável seria alcançado: o crescimento verde. Em 2012, na Rio+20, divulgou-se de maneira consistente os princípios enunciados nas conferências anteriores e um guia para a implementação de políticas de promoção de crescimento econômico verde. Mesmo assim, a Conferência de 2012 não foi tão relevante como a Rio-92 (Da Veiga, 2012). A declaração final do evento representou o menor denominador comum, evitando discussões para alcançar resultados mais ambiciosos e que demandassem maior nível de compromisso por parte dos Estados-parte.

Haas (2005) ressalta aspectos das primeiras cúpulas que não foram tão evidentes em 2012: a educação de elites governamentais; a inserção de novas agendas e discursos e a criação de um ambiente de negociação entre sociedade civil e Estados. Para esse autor, as cúpulas favoreceram pressões para a reforma dos arranjos institucionais, para a adoção de tecnologias verdes, e para melhorar o papel monitorador do PNUMA – aspectos menos explorados em 2012. Deutz (2012) discorre sobre duas explicações para o arrefecimento do avanço das negociações internacionais no período: a falta de comprometimento e empenho da parte dos principais países líderes, envolvidos em questões domésticas e o fortalecimento do G-20 no período, de modo que decisões anteriormente impostas aos países em desenvolvimento passaram a demandar maior esforço de negociação.

Os desafios enfrentados após a Rio-92, sobretudo após a Rio+10, são mais complexos de serem atendidos. Enquanto na década de 1990, a principal novidade foi a aceitação consensual de se incorporar questões ambientais nas preocupações do desenvolvimento, superando o reducionismo conceitual até então vigente, o desafio no século XXI é a proposição de medidas efetivas que contemplem os desafios da cooperação internacional em torno do desenvolvimento sustentável. A agenda que se impõe exige o atendimento a uma gama mais ampla de interpretações, valores e entendimento que torna o horizonte geracional menos adequado para respostas efetivas e consensuais.

É nesse contexto que o debate sobre como implementar a agenda do desenvolvimento sustentável passou por reformulações, com perspectivas apontando as fraquezas de desenhos institucionais anteriores, restritos em responsabilidades de poucos e poderosos atores (Victor, 2011), passando a considerar o papel de múltiplos atores, organizados de maneira policêntrica (Östrom, 2010). A partir desse enquadramento, as negociações dos ODS evoluíram, emergindo críticas e impasses relativos à sua natureza e operacionalização.

Os dilemas da agenda do desenvolvimento nos ODS

Na segunda década do século XXI, a ideia de desenvolvimento foi ampliada, combinando medidas de produção e consumo com bem-estar social individual e a incorporação da dimensão ambiental. Esse enfoque analítico ganhou escopo a partir do Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social (Stiglitz *et al*, 2012) que representou um marco, ao

propor novas diretrizes para mensuração do desenvolvimento, estimulando a incorporação nas contas nacionais de questões de justiça social e ambiental, com metas e indicadores de diversas dimensões, para além das questões materiais de produção (PIB e PNB) e consumo ou mesmo do IDH. Com o objetivo de superar lacunas relacionadas, sugere-se que a riqueza total de uma economia compreende três ativos distintos: capital manufaturado ou reproduzível como prédios, máquinas, fábricas; capital humano, que engloba as habilidades, educação e saúde incorporadas na força de trabalho; e capital natural, incluindo terras, florestas, combustíveis fósseis, minerais, pescas e todos os outros recursos naturais, independentemente de serem trocados nos mercados ou de propriedade (Barbier, 2016).

Paralelamente a essas reflexões metodológicas, o tema avançou na agenda política com a proposição dos ODS. Fukuda-Parr e Muchhala (2020) apontam que ao longo das reuniões preparatórias da Rio+20, a delegada colombiana Paula Caballero propôs a ideia originária dos ODS que foi gradualmente galgando apoio junto a indivíduos e grupos da sociedade civil e, posteriormente, de Estados. A coalizão buscava recuperar a ideia de desenvolvimento consolidada na Rio-92, sustentada por uma comunidade epistêmica própria, com forte influência de ambientalistas, com compromissos normativos de superação da desigualdade.

Adotada em 2015, a Agenda 2030 da ONU foi definida enquanto um *plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade* e estabeleceu 17 objetivos e 169 metas, com a função de superar as limitações apresentadas por outras estratégias, inclusive o programa predecessor, os Objetivos do Milênio (ODM), considerado demasiadamente restrito ao focar-se essencialmente na pobreza e representar uma agenda de ajuda do Norte aos países do Sul (Fukuda-Parr, 2016). Os oito ODMs visavam, em geral, questões relacionadas à pobreza nos países em desenvolvimento. O ODM 7 era o único objetivo ambiental – mas impreciso e de escopo limitado ao não definir restrições absolutas ao impacto que os seres humanos possam ter no sistema terrestre ou no meio ambiente. Um elemento importante desse novo enquadramento para o desenvolvimento foi a transversalidade de temas. Com isso, nota-se que, por exemplo, o acesso à água limpa e potável (ODS 6), mais do que simplesmente uma condição de saúde pública é uma medida atrelada a educação de qualidade (ODS 4), já que disponibilizar acesso à água reduz o tempo necessário para coleta e maior disponibilidade para desempenhar outras atividades, como estudos (UN-Water, 2018).

Segundo a própria Paula Caballero (2019), os ODS constituem uma agenda transformadora sobre a ideia de desenvolvimento, superando a divisão entre ambiente e desenvolvimento ao oferecer uma estrutura integrada e inclusiva para a estruturação de soluções. Fukuda-Parr e Muchhala (2020) sugerem que o estabelecimento dos ODS representou uma evolução normativa na concepção de desenvolvimento internacional, fortalecendo uma posição complexa, construída a partir do Sul Global. Ainda assim, reverberam posições relativamente menos ambiciosas, como representada por Sachs (2015), um dos arquitetos e padrinhos da iniciativa, que retomam elementos de uma agenda teórica menos complexa, focada essencialmente na ideia de boa governança, nos âmbitos público e privado.

Nesse contexto, diversos questionamentos são colocados, especialmente sobre as dimensões estruturais do desenvolvimento e suas implicações para o meio ambiente. Organizamos essas críticas em duas grandes perspectivas: uma de cunho cético, que destaca o discurso ambientalista como uma

força anti-desenvolvimento, e outra na linha dos eco-socioambientalistas, sugerindo que a degradação ambiental generalizada é uma problemática essencialmente social, produto do desenvolvimento industrial e se constitui como uma ameaça à subsistência e ao bem-estar.

Ecoando ideias terceiro-mundistas, as perspectivas pós-coloniais denunciam que o discurso ambientalista seria uma versão moderna do colonialismo, com a pretensão de manter a condição de dependência. Reverbera-se uma ideia presente já em Amin (2006), em que os mecanismos de cooperação internacional seriam usados pelos países mais ricos para atender e manter os interesses corporativos, estabelecendo – por novos formatos – a hegemonia global, por meio da valorização do capital. Como contraproposta, sugere-se a ideia de débito ecológico, responsabilizando os países industrializados pela degradação ambiental (Joshi, 2014).

Löwy (2013) destaca que, ao não respeitar as fronteiras nacionais, a crise ecológica seria a maior ameaça ao desenvolvimento. Outros eco-socioambientalistas enfatizam as desigualdades entre e dentro das nações, assim como os conflitos e desequilíbrios de poder, a reprodução de uma perspectiva neoliberal sobre os recursos naturais, privilegiando-se a eficiência econômica, à custa da deterioração das condições ambientais e humanas (Sachs, 1986; Castree and Braun, 2001; Zhouri, 2008).

Além das críticas de caráter sistêmico à Agenda 2030, há ainda considerações específicas sobre os ODS. Sistematizamos, no Quadro 1, os principais impasses que são evidenciados em relação à dimensão mais técnica dos ODS diretamente relacionados ao debate do desenvolvimento econômico: o ODS 1, erradicação da pobreza, o ODS 8 sobre trabalho e crescimento econômico, o ODS 10 que tange à questão da desigualdade e o ODS 17, dos meios de implementação, com destaque para a questão da ajuda internacional.

Quadro 1. Principais impasses e problemas relacionados aos ODS diretamente relacionados à esfera econômica

| ODS | Principais impasses e problemas relacionados |
|---|--|
| ODS 1. Erradicação da Pobreza | – A pobreza em massa, a desnutrição e a fome representam o preço pago pelos pobres para sustentar o estilo de vida de todos os habitantes do mundo industrial avançado (Pogge and Sengupta, 2015). |
| ODS 8. Trabalho decente e crescimento econômico | – Premia a lógica da ganância e destruição, inerentes ao capitalismo neoliberal (Ladha, 2015). – Não altera as relações de produção e consumo vigentes (Adams and Martens, 2015). – Metas desenhadas a partir de arranjos institucionais centrados em mercados privados que podem apresentar obstáculos aos direitos humanos (Frey, 2017). |
| ODS 10. Redução das desigualdades | – Indicadores fracos e distorcidos, ao propor uma agenda de inclusão de pobres e excluídos e não especificamente de redução de desigualdades (Fukuda-Parr, 2019). – Necessidade de um imposto sobre o uso de recursos naturais para redistribuição internacional (Pogge and Sengupta, 2015). |
| ODS 17. Parcerias e meios de implementação | – Foco em soluções domésticas em países com baixa capacidade financeira e implementação de políticas, reafirmando princípios da AOD (Menezes and Catão, 2018). |

Pogge and Sengupta (2015) argumentam que a degradação ambiental, a pobreza em massa, a desnutrição e a fome representam o preço pago pelos pobres para sustentar o estilo de vida de todos os habitantes do mundo industrial avançado, de modo que para se alcançar o ODS 1 seria

necessário promover uma redistribuição global da riqueza por meio de um imposto sobre o uso de recursos naturais. Em uma obra mais específica sobre esse ODS, Sengupta (2018) questiona a linguagem baseada em uma concepção mais limitada de pobreza, bem como a falta de relação com uma reestruturação da divisão global do trabalho, considerada, pelo autor imprescindível para que a meta fosse alcançada.

Quanto ao ODS 8, Noam Chomsky, Naomi Klein e outros, em carta aberta, afirmam que o maior problema dos ODS é o estímulo ao crescimento econômico por meio da lógica da ganância, do consumo e da destruição, inerentes ao capitalismo neoliberal, não alterando as relações de produção e consumo vigentes (Ladha, 2015). Ademais, esses autores sugerem que além de não proporem mudanças significativas na agenda internacional, os ODS também não teriam incorporado agendas importantes como a questão dos refugiados. Apesar dos novos temas e da transversalidade entre os objetivos, a agenda 2030 estaria permeada por questões privilegiadas de entidades privadas devido a maior proximidade de atuação no âmbito da ONU (Adams and Martens, 2015). Nessa toada, Brandi (2015) defende reconsiderar a ideia original de desenvolvimento sustentável e levar em conta os avanços mais recentes de limites para o consumo e uso produtivo dos recursos terrestres e suas implicações para o futuro do desenvolvimento e ética global.

Frey (2017) afirma que a Agenda 2030 adota arranjos institucionais centrados em mercados privados que podem apresentar obstáculos para alcançar a meta de trabalho decente. A autora destaca as ambiguidades dessa meta, argumentando que enxertar os direitos de trabalho decente à ideia de crescimento econômico orientado para os negócios privados pode aumentar a legitimidade de negócios aos custos do enfraquecimento da agenda dos direitos humanos, submetendo-os a interesses corporativos.

Fukuda-Parr (2019) aponta que o ODS 10, um dos mais contestados temas na época das negociações, teve sua proposta distorcida ainda que estabeleça a meta de redução da desigualdade dentro e entre países. O tema da desigualdade foi enfraquecido com o estabelecimento de indicadores mais relacionados à agenda de inclusão, enfocando os pobres e excluídos, e não especificamente a redução das desigualdades.

Finalmente, o ODS 17 engendraria, mais uma vez, a lógica de dependência ao tratar do papel dos países desenvolvidos na conformação dos meios de implementação dos objetivos e metas acordadas, reafirmando a ideia e o discurso da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Como consequência, uma vez que a maioria dos ODS passa por soluções domésticas e o Sul-Global é marcado pela baixa capacidade financeira e de implementação de políticas, os países de menor capacidade podem incorrer nas armadilhas do endividamento externo (Menezes and Catão, 2018).

Dos desafios da superação aos entraves dos ODS como consolidação da agenda ambiental no debate do desenvolvimento

As transformações políticas, sociais e econômicas do século XX permitiram a superação da compreensão do desenvolvimento, antes restrita a uma dimensão técnica, resumida ao crescimento

econômico duro, por meio da disseminação da urbanização e da industrialização, sumarizada nos tradicionais índices do PIB e da Renda *per capita*.

A partir da década de setenta, fortaleceu-se a percepção da complexidade do tema, incorporado os dilemas da cooperação internacional, a importância da manutenção do ecossistema global para as gerações futuras, bem como questões normativas e éticas na definição da boa vida. O debate científico teve efeitos políticos ao assumir uma perspectiva abrangente do desenvolvimento, envolvendo, inclusive, dimensões de ética e justiça, além da incorporação de preocupações sociais, distributivas e ambientais.

Um dos fatores-chave para as mudanças paradigmáticas na literatura e na política internacional sobre desenvolvimento foi a preponderância do consenso científico nos anos 1980s e 1990s sobre a degradação ambiental e ameaça da mudança climática antropogênica. Com a consolidação desses achados científicos, o debate sobre o ambientalismo ganhou fôlego político e foi disseminado para outras disciplinas, ocupando um espaço central na reflexão sobre o desenvolvimento em escala internacional.

A convergência da identificação de um problema – os efeitos ambientais das ações humanas –, o contexto de maior predisposição à cooperação internacional, pelo menos entre os principais atores do Norte, após a superação da Guerra Fria, e as contribuições acumuladas na discussão da economia ambiental e dos debates ecológico-ambientais das décadas de 1960s e 1970s, culminaram com a entrada na agenda internacional, política e científica, da questão da sustentabilidade ambiental no processo de desenvolvimento.

Nos anos 1990s, a interpretação de que os conceitos tradicionais de desenvolvimento, focados em consumo e produção, elaborados tanto pelo *mainstream* quanto pela literatura crítica, são considerados como insuficientes. A partir da promoção do IDH, a visão preponderante de desenvolvimento supera a unidimensionalidade econômica e sofre uma mutação teórico-conceitual, ao incorporar a complexidade da vida humana em suas diversas facetas. As questões de justiça social e de proteção ao meio ambiente, sobretudo em relação à necessidade urgente de se preservar o que ainda resta dos ecossistemas naturais, são elevadas a elementos fundamentais na definição do que seja a boa vida.

Desta forma, contribuições de diversos teóricos das mais diferentes interpretações sobre o desenvolvimento vão incorporar as dimensões do meio ambiente e da justiça social. Dentro do *mainstream*, as contribuições de Amartya Sen serão um dos principais pilares da revolução teórico-conceitual. Os achados sobre os impactos de médio prazo das mudanças climáticas antropogênicas apresentaram novos condicionantes sobre o desenvolvimento. Diante da urgência dessa questão outras lentes, além da visão puramente econômicas ou focadas no bem-estar social dos indivíduos, passaram a ser incorporadas na política internacional e na reflexão científica sobre a mensuração e conceptualização do desenvolvimento. Com a Agenda 21 e, sobretudo, a partir da Agenda 2030, os desafios das questões ambientais passam a ocupar um espaço central efetivo na *práxis* do desenvolvimento como objetivo político.

Os ODS são a primeira grande tentativa em colocar as mudanças oriundas da agenda ambiental em um escopo ambicioso de implementação de políticas públicas em perspectiva internacional, associando efetivamente as necessidades ambientais, sociais e de produção e consumo. Contudo, o estabelecimento de uma agenda propositiva em torno do meio ambiente não encerra o debate e

nem conclui a transformação que vem ocorrendo desde os anos 1990s com a ampliação do escopo sobre as noções de desenvolvimento. Apesar da significativa evolução no âmbito teórico, elevando a complexidade do debate, principalmente do ponto de vista qualitativo, ainda permanecem diversos desafios práticos e de implementação.

Dentro da perspectiva dos fluxos múltiplos das políticas públicas, os ODS significam a elevação e ambição da mudança promovida pela agenda ambiental para além do debate e da interpretação do problema, ao atingir o campo da implementação de políticas dentro de uma perspectiva multidimensional do desenvolvimento.

À guisa de conclusão, somos um tanto pessimistas sobre as perspectivas de sucesso da realização efetiva dos 17 ODS, tanto no que se refere ao escopo de indicadores a serem atendidos quanto à própria possibilidade de efetivação da cooperação internacional em grau que permita a superação dos diversos entraves à cooperação num contexto internacional de muito mais desconfiança e reorganização da estrutura de poder global, além das contradições expostas pela literatura crítica.

Contudo, o projeto cosmopolita científico que perpassa a questão do desenvolvimento e meio ambiente, desde a criação do consenso científico sobre a mudança climática antropogênica, busca passos ambiciosos ao promover uma agenda em escala global para a superação dos desafios ambientais sem envolver a redução da capacidade de ação dos atores estatais e locais. A construção de um pacto amplo, sem instrumentos efetivos de implementação centralizados, é condição necessária para que a cooperação internacional ambiental não se transforme em uma nova aventura colonial. O preço da escolha será, necessariamente, a lentidão da tradução da revolução conceitual em políticas efetivas.

Referências bibliográficas

- Adams, Barbara, and Jens Martens. "Fit for whose purpose." *Private funding and corporate influence in the United Nations. Global Policy Forum/Global Policy Watch*. Vol. 27. 2015.
- Amin, Samir. *Unequal development: An essay on the social formations of peripheral capitalism*. Harvester, 1976.
- _____. *Transforming the revolution; social movements and the world-system*. Aakar Books, 2006.
- Barbier, Edward B. "Sustainability and development." *Annual Review of Resource Economics* 8 (2016): 261-280.
- Barnett H, Morse C. *Scarcity and Growth: The Economics of Natural Resource Availability*, Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1963.
- Boulding, Kenneth. "The economics of the coming spaceship Earth." *New York*, 1966.
- Brandi, Clara. Safeguarding the earth system as a priority for sustainable development and global ethics: the need for an earth system SDG. *Journal of Global Ethics*. 11.1 (2015): 32-36.
- Brundtland, Gro Harlem. *Our Common Future*. United Nations, 1987.
- Caballero, Paula. "The SDGs: changing how development is understood." *Global Policy* 10 (2019): 138-140.

- Carson R. *Silent Spring*, Cambridge, MA: Riverside, 1962.
- Castree, Noel, and Bruce Braun. *Social Nature: Theory, Practice, and Politics*. Oxford: Basil Blackwell, 2001.
- Chasek, Pamela S. *Global environmental politics*. Routledge, 2018.
- Chenery, Hollis B. "Patterns of industrial growth." *The American economic review* 50.4 (1960): 624-654.
- Clapp, Jennifer, and Eric Helleiner. "International political economy and the environment: back to the basics?." *International affairs* 88.3 (2012): 485-501.
- Cohen, Michael D., James G. March, and Johan P. Olsen. "A garbage can model of organizational choice." *Administrative science quarterly* (1972): 1-25.
- Deutz, Andrew M. Biodiversity: biodiversity governance after Johannesburg. *Governance for Sustainable Development*, 2012.
- Eckersley, Robyn. *Environmentalism and political theory: Toward an ecocentric approach*. Suny Press, 1992.
- Frank, Andre Gunder. *The development of underdevelopment*. Boston: New England Free Press, 1966.
- Franz, Wendy E. "The development of an international agenda for climate change: connecting science to policy." Interim Report IR-97-034. IIASA, Laxenburg (1997).
- Frey, Diane F. "Economic growth, full employment and decent work: The means and ends in SDG 8." *The International Journal of Human Rights* 21.8 (2017): 1164-1184.
- Fukuda-Parr, Sakiko. "From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development." *Gender & Development* 24.1 (2016): 43-52.
- _____. "Keeping out extreme inequality from the SDG Agenda—The Politics of Indicators." *Global Policy* 10 (2019): 61-69.
- Fukuda-Parr, Sakiko, and Bhumika Muchhala. "The Southern origins of sustainable development goals: Ideas, actors, aspirations." *World Development* 126 (2020): 104706.
- Furtado, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- Gerschenkron, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto Editora Ltda., 2015.
- Glyn, A., et al. "The Rise and Fall Of the Golden Age: an historical analysis of post-war capitalism in the developed market economies." In: Marglin & Schor (eds.) *The Golden Age of Capitalism*, 1990.
- Goldsmith, E., Allen, R., Allaby, J. M., Davoll, J., & Lawrence, S. *A blueprint for survival*. Boston: Houghton Mifflin, 1972.
- Haas, Peter M. Science and international environmental governance. In: Dauvergne, P. (ed.) *Handbook of Global Environmental Politics*. Edward Elgar Publishing Limited, 2005, p. 383-401.
- Hardin, Garret. "The Tragedy of the Commons". *Science*, 162. (1968): 1243-1248.
- Howlett, Michael, and M. Ramesh. "Agenda-setting: policy determinants, policy ideas, and policy windows." Studying public policy. *Policy cycles and policy subsystems*. (2003): 120-142.
- Joshi, S. North–South relations: Colonialism, empire and international order. In: Harris, P. (org). *Routledge Handbook of Global Environments Politics*. Londres e Nova York: Routledge, 2014.

- Kingdon, John W., and Eric Stano. *Agendas, alternatives, and public policies*. Vol. 45. Boston: Little, Brown, 1984.
- Ladha, Alnoor. An Open Letter to the United Nations. *Huffpost*, 2015. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/an-open-letter-to-the-uni_2_b_8197178>. Acesso em: 09 de março de 2020.
- Lerner, Daniel. “The Grocer and the Chief. A Parable”. In: *The passing of the traditional society*. Free Press, 1958: 19-42.
- Löwy, Michael. “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista.” *Caderno CRH* 26.67 (2013): 79-86.
- Lucas, Robert E. “On the mechanics of economic development.” *NBER Working Paper* R1176 (1989).
- Marini, Ruy Mauro. “Dialéctica de la dependencia.” *Cidade do México: Ediciones Era* (1973).
- Meadows, Donella H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens, W. W. “The limits to growth.” *New York*, 102 (1972): 27.
- Menezes, Henrique Z. and Catão, L. F. “Jeffrey Sachs e a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento: uma releitura da Teoria da Modernização”. *Carta Internacional*, 13.3, (2018). DOI: 10.21530/ci.v13n3.2018.824
- Nussbaum, Martha. “Aristotle on human nature and the foundations of ethics.” In: Altham, J.E.J.; R. Harrison (eds.). *World, mind, and ethics: Essays on the ethical philosophy of Bernard William* Cambridge University Press, 1995.
- O’Neill, Kate. *The environment and international relations*. Cambridge University Press, 2017.
- Östrom, Elinor. “Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems.” *American economic review* 100.3 (2010): 641-72.
- Pearce, David. “An intellectual history of environmental economics.” *Annual review of energy and the environment* 27.1 (2002): 57-81.
- Pieterse, Jan Nederveen. “Trends in development theory.” In: Palan, Ronen (ed.) *Global political economy: Contemporary theories*. London and New York: Routledge, (2000): 197-214.
- _____. “Global inequality: bringing politics back in.” *Third World Quarterly* 23.6 (2002): 1023-1046.
- Pogge, Thomas, and Mitu Sengupta. “The Sustainable Development Goals: a plan for building a better world?.” *Journal of Global Ethics* 11.1 (2015): 56-64.
- Pralle, Sarah B. “Agenda-setting and climate change.” *Environmental Politics* 18.5 (2009): 781-799.
- Prebisch, Raúl. “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.” *Revista brasileira de economia* 3.3 (1949): 47-111.
- Romer, Paul M. “Increasing returns and long-run growth.” *Journal of political economy* 94.5 (1986): 1002-1037.
- Rostow, Walt W. *The stages of growth: A non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- Sachs, Ignacy. *Ecodesenvolvimento crescer sem destruir*. Vértice, 1986.
- Sachs, Jeffrey D. *The age of sustainable development*. Columbia University Press, 2015.
- Sato, Eiiti. “A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 43.1 (2000): 138-169.

- Sen, Amartya. *Development as freedom*. Oxford Paperbacks, 1999.
- Sengupta, Mitu. “Transformational Change or Tenuous Wish List? A Critique of SDG 1 (‘End Poverty in All Its Forms Everywhere’).” *Social Alternatives* 37.1 (2018).
- Seyfang, Gill. “Environmental mega-conferences – From Stockholm to Johannesburg and beyond.” *Global Environmental Change*, 13, (2003): 223-38.
- Snow, David A. “Framing processes, ideology, and discursive fields.” *The Blackwell companion to social movements* 1 (2004): 380-412.
- Solow, Robert M. “A contribution to the theory of economic growth.” *The quarterly journal of economics* 70.1 (1956): 65-94.
- Stiglitz, Joseph E. “Towards a new paradigm for development.” Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 1998.
- Stiglitz, Joseph, Amartya Sen, and Jean-Paul Fitoussi. “Relatório da Comissão sobre a Mensuração de desempenho Econômico e Progresso Social.” *Curitiba: SESI/PR*, 2012.
- UN-Water. *Sustainable Development Goal 6 Synthesis Report 2018 on Water and Sanitation*. New York: United Nations, 2018.
- UNEP. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, United Nations Environment Programme, 2011.
- da Veiga, José Eli. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Editora Garamond, 2005.
- _____. Rio+ 20: um passo adiante e dois para trás. *Política Externa*, v. 21, n. 2, p. 25-39, 2012.
- Victor, David G. *The collapse of the Kyoto Protocol and the struggle to slow global warming*. Princeton University Press, 2011.
- Viola, Eduardo. “O regime internacional de mudança climática e o Brasil”. *Rev. bras. Ciências Sociais*, 17.50, (2002):25-46.
- Williamson, John. “Democracy and the ‘Washington consensus’.” *World development*, 21.8 (1993): 1329-1336.
- Zahariadis, Nikolaos. The multiple streams framework: structure, limitations, prospects. In: Sabatier, P. A. (ed.). *Theories of the policy process*. Boulder: Westview, 2007, 65-92.
- Zhour, Andréa. “Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 23.68 (2008): 97-107.